Preparando o III Fórum Empresarial das Américas

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) está coordenando um movimento dos empresários brasileiros, e promovendo entendimentos com entidades congêneres nas Américas, com vistas à realização, em maio próximo, em Belo Horizonte, do III Fórum Empresarial das Américas.

Em fevereiro, no Rio de Janeiro, a CNI promoveu várias reuniões dos diversos grupos de discussão, o que culminou em um encontro entre empresários e acadêmicos, cujo objetivo foi contribuir para a construção da posição empresarial brasileira em relação à Alca — Área de Livre Comércio das Américas.

É fundamental que o setor privado, universidades e centros de pesquisa aprofundem a discussão.

A assessoria econômica da CNI preparou o texto a seguir, o qual sintetiza os principais pontos discutidos em fevereiro, no Rio de Janeiro.

1. Prioridade da agenda brasileira: multilateral ou regional — A característica de *global trader* do comércio exterior brasileiro fez com que a política comercial externa brasileira fosse essencialmente multilateral, buscando junto à OMC as garantias quanto aos compromissos assumidos por seus parceiros comerciais. Com a implementação do Mercosul, a consolidação desse bloco sub-regional passou a ser prioritária. Nesse contexto, até o momento, a Alca teria sido uma opção secundária. Com a aceleração do processo negociador, esse quadro poderá ser modificado, não sendo unânimes as opiniões sobre os ganhos para o Brasil a partir dessas posições.

2. A Alca obriga à revisão de estratégias — O processo de integração hemisférica obrigará à revisão de várias dimensões da política comercial externa brasileira. O Brasil precisará fazer escolhas sobre questões que, na realidade, são todas interdependentes (Alca, ITA, telecomunicações, uso de salvaguardas, dentre outras) e será impossível dizer não à agenda presente nos fóruns internacionais. Merecem destaque ainda as questões relacionadas ao aprofundamento do Mercosul e à sua extensão a outros países das Américas.

3. Paradigma OMC ou GATTplus — A agenda da Alca incorpora temas que passaram por negociações complexas na Rodada Uruguai e para os quais o Brasil vem defendendo os resultados da OMC como paradigma. Segundo alguns, a manutenção dessa estratégia torna a negociação da Alca menos atraente. A inclusão desses temas na agenda da Alca implicaria a necessidade de ir além dos paradigmas da OMC (GATTplus).

4. Estratégia brasileira (demandante X reativa) — A estratégia (de caráter defensivo) adotada pelo Brasil até Cartagena foi considerada próxima do esgotamento. O desenho da estratégia brasileira deve ser demandante e fundado em um modelo que possa se apresentar como alternativa viável ao projeto liderado pelos Estados Unidos.

5. Inexorabilidade do processo — Houve unanimidade quanto à inexorabilidade do processo de integração hemisférica. Em função dessa premissa, foi destacada a necessidade de que o Brasil adote uma estratégia ativa, contemplando seus interesses. Ainda que para alguns essa atitude ativa deva ser cautelosa, todos concordam em que o Brasil deve apresentar suas pretensões, ou seja, deve saber "o que e quanto quer atingir e do que e de quanto pode abrir mão internamente" .

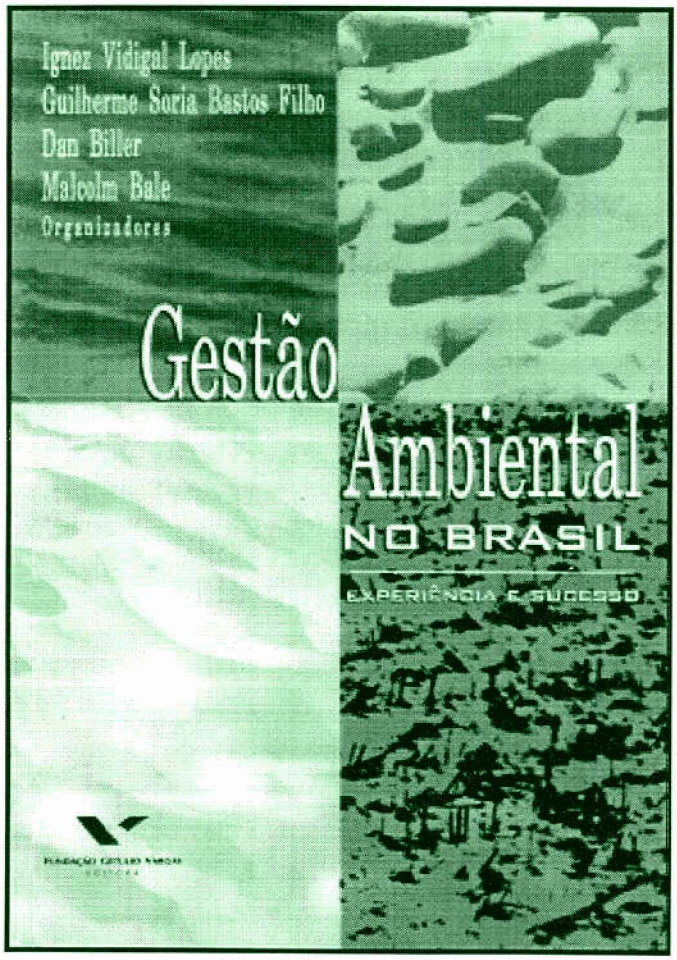
6. *Timing* do processo — Apesar de os expositores terem sido unânimes quanto à inexorabilidade do processo de integração hemisférica, as opiniões divergiram quanto ao *timing* dessa integração. Para alguns, a estratégia do Brasil deveria ser a de manter rigorosamente o acordado em Miami quanto ao período de conclusão das negociações e adotar o máximo possível de medidas protelatórias quanto à implementação, medidas essas que só seriam viáveis se o Brasil viesse a fazer concessões em outras áreas da sua política comercial. O país deveria primeiro consolidar o Mercosul e estender ao máximo o prazo para implementação da integração hemisférica, a exemplo do que vem sendo negociado na Apec. Para outros, o Brasil deveria passar a ter uma estratégia mais ativa, centrada na localização de interesses mais imediatos, de modo a evitar perda de

influência sobre o processo. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada à aprovação do *fast-track* pelo Congresso americano, o que poderá impor um ritmo mais agressivo ao processo de integração.

7. Peso relativo do Brasil — A capacidade de negociar bem o *timing* do processo de integração está diretamente relacionada ao poder de barganha que o Brasil possa ter nessas negociações. Sem dúvida, o Brasil tem peso e características que o distinguem dos demais países envolvidos no processo de negociação. Sua agenda é, por exemplo, muito mais complexa, em função da própria sofisticação de sua estrutura econômica. Assim sendo, para alguns, tendo em vista essas características e por ser o segundo PIB do hemisfério, a participação do Brasil nas negociações seria indispensável, fato que poderia ser explorado pelo país. Para outros, entretanto, isto não significa que o país possa sobreestimar o seu peso relativo, sendo necessário buscar alianças estratégicas junto a seus parceiros do Mercosul, para evitar os riscos de marginalização. A esse respeito foram também mencionados os riscos de manter a coesão entre os países do Mercosul ao longo do processo negociador.

8. Estratégia Mercosul — A proposta Mercosul apresentada na reunião vice-ministerial de Florianópolis também foi objeto de discussão. Alguns dos participantes apontaram para o risco da proposta apresentar-se frágil ante o *fast-track* e sobre a necessidade de rechear a agenda com temas mais substantivos. A proposta de desenvolvimento por etapas — que transfere as negociações sobre o acesso a mercados para a última fase — tem boa receptividade por parte dos empresários, mas existem setores, como o agrícola e o têxtil, que demandam uma agenda mais imediata. Os resultados parciais dos grupos de discussão do setor privado sugerem a existência de temas capazes de fornecer elementos para o aperfeiçoamento da seqüência de etapas da proposta Mercosul.

9. Âncora de modernização? — Uma das discussões envolveu o exame do processo Alca como uma âncora no reforço do processo de modernização da economia brasileira. Apesar das variadas percepções sobre o tema, houve consenso de que o estabelecimento das prioridades brasileiras deveria ter essa perspectiva como referência. O tema infra-estrutura mereceu especial destaque.



O tema do uso dos recursos naturais e do meio ambiente geralmente tem sido tratado no Brasil com um enfoque pessimista, que enfatiza os aspectos da destruição. Este livro apresenta uma abordagem inovadora, que traz à luz, por intermédio de estudos de casos, experiências concretas em que a preservação e a recuperação são o alvo da ação de empresas, governos e organizações ambientalistas. Destaca casos bem-sucedidos de atuação descentralizada dos estados e municípios, nos quais a ênfase da ação pública se tem pautado menos pela repressão do que pela cooperação e pela busca de incentivos econômicos para uma utilização mais racional dos recursos naturais.

Organizadores
IGNEZ VIDIGAL LOPES
GUILHERME SORIA BASTOS FILHO
DAN BILLER
MALCOLM BALE

EDITORA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Praia de Botafogo 190 — 6º andar
CEP: 22253-900 — Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 536-9110 — Fax: (021) 536-9155
E-mail: editora@fgvrj.br